



**V Encontro de História da Educação
Escola Superior de Educação de Coimbra
23 de Fevereiro de 2024**

**A Educação nos Programas dos Governos Provisórios: da intenção de
continuidade com a Reforma Veiga Simão a um projeto para uma
sociedade a caminho do socialismo**

António Teodoro

CeiED, Universidade Lusófona



- **(...) Portugal vivia então um desses períodos tão raros nas vidas de todas as sociedades, um período onde tudo parece possível e ao alcance de cada um. Uma vez derrubado o fascismo - o que tinha parecido o cúmulo do impossível - tudo o resto se tornava realizável e todos se apressavam a resolver de uma vez para sempre os sofrimentos tradicionais da população portuguesa.**

- **- Alberto Melo (1979, p. 278-279).**

Esquema da apresentação

- **Ângulo de análise: políticas e atores centrais**
- **O 1.º Governo Provisório: a tentativa frustrada de continuar a Reforma Veiga Simão**
- **Do 2.º para o 4.º (e 5.º) Governos Provisórios: um programa para uma sociedade ‘a caminho do socialismo’**
- **O 6.º Governo Provisório: um tempo de transição para a ‘normalização’**

Introdução

- A ação militar do 25 de Abril foi desencadeada e realizada pelo Movimento das Forças Armadas, organizada a partir da oficialidade intermédia, autonomamente face a hierarquia militar. Todavia, consumado o derrube do Estado Novo, o MFA entregou o "exercício do poder político" a uma junta constituída por oficiais generais e oficiais superiores dos três ramos das Forças Armadas, a Junta de Salvação Nacional, a quem coube, nos termos do Programa do MFA, indicar o Presidente da República de entre os seus membros. A este, ainda segundo o programa, competia, "após assumir as funções", nomear o *Governo Provisório civil* composto por "personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa".

A escolha do Primeiro Ministro do 1.º Governo Provisório

- Indicado pela Junta de Salvação Nacional para exercer as funções de Presidente da República, ao General António de Spínola competiu a escolha do Primeiro Ministro e a indigitação do Governo Provisório civil. Pensando inicialmente em Veiga Simão para liderar esse governo, Spínola não teve condições políticas para levar por diante essa sua intenção, acabando por convidar, depois de recusar os três nomes propostos pela Comissão Coordenadora do Programa do MFA, uma personalidade com um perfil conservador-liberal (A. Reis, 1994) da sua inteira confiança, Palma Carlos. Contudo, será a Veiga Simão que Spínola recorrerá para a elaboração do Programa do I Governo provisório, que virá a ser aprovado, não pelo próprio Governo, mas por um decreto da Junta de Salvação Nacional.

- 
- A large red rectangular area on the left side of the slide, with a small downward-pointing triangle at the bottom center, indicating redacted content.
- **Encarregue dessa tarefa num curto período de tempo, Veiga Simão fará o que lhe era antes habitual como Ministro da Educação: pedirá a um seu colaborador direto um projeto, ouvirá as opiniões de outros seus colaboradores próximos, e assumirá o texto resultante desse processo, com uma ou outra alteração em função da opinião que construiu no decorrer das consultas e conversas realizadas. Neste caso, foi a Adelino Amaro da Costa, então Diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação Nacional, que Veiga Simão recorreu para elaborar o projecto pedido por Spínola, tendo depois Amaro da Costa pedido a Freitas do Amaral para escrever o primeiro - e, possivelmente, decisivo - esboço de programa do Governo provisório.**

Programa do 1.º Governo Provisório

- No plano político geral, o programa era, no dizer do próprio Freitas do Amaral (1995), "moderado, centrista e neo-liberal", com um conteúdo "europeísta em política externa, liberal em política económica, e socialmente generoso em política social" (p. 169), mantendo aberta, na questão decisiva da resolução do problema colonial, a possibilidade de uma solução federalista, que Spínola voltará a defender no discurso que proferiu ao dar posse ao Governo. No plano específico da política educativa, o programa apresentava um tom bastante genérico, tendo, todavia, um fio condutor explícito - o desenvolvimento da reforma educativa.

A Educação no programa do 1.º Governo Provisório

▪ 8. Política educativa, cultural e de investigação

- a) Mobilização de esforços para a erradicação do analfabetismo e promoção da cultura, nomeadamente nos meios rurais;
- b) Desenvolvimento da reforma educativa, tendo em conta o papel da educação na criação de uma consciência nacional genuinamente democrática, e a necessidade da inserção da escola na problemática da sociedade portuguesa;
- c) Criação de um sistema nacional de educação permanente;
- d) Revisão do estatuto profissional dos professores de todos os graus de ensino e reforço dos meios ao serviço da sua melhor formação;
- e) Ampliação dos esquemas de acção social escolar e de educação pré-escolar, envolvendo obrigatoriamente o sector privado, com vista a um mais elevado processo de implantação do princípio da igualdade de oportunidades;
- f) Criação de esquemas de participação de docentes, estudantes, famílias e outros interessados na reforma educativa, visando, em especial, a liberdade de expressão e a eficiência do trabalho; [...].

(Decreto-lei 203/74, de 15 de Maio)

- 
- A large red rectangular area on the left side of the page, with a small downward-pointing triangle at the bottom center, indicating redacted content.
- Para além da (co)autoria do Programa do Governo provisório, Veiga Simão vai procurar, no dizer de um seu outro colaborador próximo, que o "que se tinha feito na Educação não se perdesse" com a revolução, desdobrando-se em contactos e convites para a equipa do Ministério da Educação. Assegurada a presença de Eduardo Correia, um professor de Direito da Universidade de Coimbra, como Ministro da Educação, Veiga Simão procurou inicialmente colocar três dos seus mais diretos colaboradores como secretários de Estado. Não o tendo conseguido, devido a contestação que os meios estudantis e do professorado começavam já a desenvolver exigindo o saneamento do Ministério, bem como a oposição de setores do MFA e de personalidades como Francisco Pereira de Moura, na altura Ministro sem Pasta do Governo provisório em representação do MDP/CDE, a Veiga Simão vai ainda dever-se a estrutura da equipa ministerial, com a criação da Secretaria de Estado da Reforma Educativa, e a indicação de Protes da Fonseca para a Secretaria de Estado da Administração Escolar.

- 
- Apesar de apontado como um objetivo do Governo provisório o desenvolvimento da reforma educativa, a realidade era já outra. O poder deslocava-se para as escolas (Lima, 1992; Stoer, 1986, Teodoro, 2001) e para o movimento social, onde as nascentes estruturas sindicais dos professores começavam já a assumir um papel de destaque no campo escolar, estabelecendo-se uma agenda que não era compaginável com uma transição controlada. As demissões em massa das autoridades académicas e escolares e a eleição de comissões diretivas com a participação de docentes, estudantes e funcionários, a imediata integração dos professores afastados pelo Estado Novo, a exigência de profundas mudanças no aparelho do Ministério da Educação, mostravam que a iniciativa política se encontrava na periferia do sistema. Às formulações vagas e cautelosas tanto do Programa do MFA como do Programa do Governo provisório, o movimento social (e político) respondia com o uso, sem limites, das liberdades de associação e expressão, impondo soluções na prática antes de qualquer legislação. Paralelamente ao que se passava com os partidos políticos, também o movimento social nas escolas se afirmará sem necessitar de qualquer diploma legal regulador prévio, antes condicionando, pela sua prática, a legislação que posteriormente virá a ser publicada.

A morte anunciada da reforma Veiga Simão

- A intenção de levar por diante a lei 5/73, com os seus instrumentos legislativos regulamentadores complementares e o planeamento de meios previsto no IV Plano de Fomento, na nova situação revolucionária, começou imediatamente a ser posto em causa. No movimento social, as reivindicações iam no sentido de que 'um Portugal novo exigia uma reforma educativa nova', o que seria um trabalho para homens novos.
- As contradições do processo político desse período levaram igualmente a que tivesse sido empossado como Secretário de Estado da Reforma Educativa um prestigiado professor de Direito da Universidade de Coimbra, Orlando de Carvalho, que era, contrariamente ao Ministro Eduardo Correia, um reconhecido opositor da reforma Veiga Simão. Assim, criou-se a estranha situação de se ter na secretaria de Estado responsável, nos termos do Programa do Governo, por proceder ao "desenvolvimento da reforma educativa", uma personalidade que, numa entrevista televisiva realizada já na sua qualidade de Secretário de Estado, afirmava que da reforma Veiga Simão 'não ficaria pedra sobre pedra'.

- 
- Enquanto a periferia explodia em reivindicações e iniciativas provenientes de todos os setores da vida escolar e acadêmica, o aparelho do Ministério da Educação entrava em paralisia total. As manifestações atropelavam-se diariamente à porta do Ministério, perante a completa incapacidade do Ministro Eduardo Correia em definir uma orientação e traçar um rumo, ao mesmo tempo que manifestava uma acentuada propensão para ceder às reivindicações que se expressassem de uma forma mais vigorosa, ou musculada. Embora tendo optado por manter inalterados os quadros dirigentes do Ministério, estes serão, em geral, mantidos à margem de todas as decisões, levando inclusive a uma sua tomada de posição conjunta, tornada pública mais tarde, na véspera da queda do I Governo provisório, em que chamavam a atenção para os riscos de completa desagregação do Ministério. Na própria equipa ministerial, os Secretários de Estado acabaram por pedir coletivamente a demissão ao Primeiro Ministro, Palma Carlos, demarcando-se, desse modo, da política de cedências do Ministro Eduardo Correia, nomeadamente face as reivindicações dos alunos quanto aos critérios de avaliação.

- 
- A large red speech bubble graphic is positioned on the left side of the slide. It consists of a horizontal bar at the top and a larger, rounded rectangular body below it, with a small triangular tail pointing downwards from the bottom center of the body.
- **A demissão de Palma Carlos e o afastamento de Eduardo Correia, e as nomeações de Vasco Gonçalves e Vitorino Magalhães Godinho, vieram pôr fim a qualquer intenção de proceder ao ‘desenvolvimento da reforma educativa’, nos termos do que se encontrava consagrado na lei 5/73. Como mais tarde explicava António M. Hespanha (Raiz e Utopia, 1979), "embora se pudessem aproveitar elementos da reforma Veiga Simão, a sua lógica interna era inaproveitável", tanto por razões de natureza técnico-política como de carácter estritamente político.**

- 
- A large red rectangular area on the left side of the slide, with a small triangular pointer pointing downwards from its bottom edge, indicating redacted content.
- **Ultrapassados os conturbados processos de indignação do Primeiro Ministro, Coronel Vasco Gonçalves e do Ministro da Educação, cuja escolha acabou por recair no Professor Vitorino Magalhães Godinho, o 2.º Governo provisório definiu pela primeira vez uma política para o sector da educação, que, claramente, pretendia romper com a herança de Veiga Simão e estabelecer um programa de transição que permitisse ao Estado retomar a iniciativa e o seu poder de regulação, fortemente abalado pela rutura da "maior parte dos diques" e pelo "desmoronar [de] grande parte do edifício escolar" que o 25 de Abril e o fim do fascismo provocara.**

Linhas de ação do 2.º Governo provisório

▪ As Linhas de ação, apresentadas em 16 de Agosto de 1974 por Magalhães Godinho em Conselho de Ministros, e por este aprovadas por unanimidade, apontavam três significativas orientações de curto prazo:

- a) Assegurar o regular começo e funcionamento do próximo ano escolar.
- b) Desfascizar o ensino que o antigo regime nos legou, ajustá-lo as mudanças políticas e sociais que se produziram, corrigir o descontrole do processo destes últimos meses (que já vinha aliás de trás), reintegrar num todo, agora diferente, o que se pulverizou, gizar os alicerces para uma futura reorganização profunda.
- c) Criar os meios para uma nova política educacional num Portugal que se democratiza e alijar os órgãos que a impedem de arrancar e prosseguir.

(In Godinho, 1975, p. 28)

- 
- A rutura com a reforma Veiga Simão, antes começada por iniciativa da periferia no tocante a gestão das escolas (Lima, 1992, p. 232), foi simbolicamente materializada pelo 2.º Governo provisório com o afastamento de todos os quadros dirigentes do Ministério da Educação, e a nomeação de novas equipas para as direções-gerais e organismos equiparados, recorrendo, em geral, a personalidades sem anteriores responsabilidades na administração central e provenientes de diversos sectores da Oposição Democrática. Mas essa rutura foi assumidamente mais longe, com o abandono, de facto, da implementação da lei 5/73 e a revogação de algumas das mais emblemáticas decisões de Veiga Simão, nomeadamente no setor do ensino superior. Reconhecendo que as condições políticas desse primeiro ano pós-revolução "não permitiriam ir, em consciência, ao fundo de determinadas questões", pois, "antes de mais o povo português teria de se pronunciar em eleições livres sobre o futuro que deseja", Magalhães Godinho defende "umas quantas reformas basilares" de forma a "assentar os alicerces para que os cidadãos possam decidir por si os caminhos do porvir" (Godinho, 1975, p. 174).

- 
- O projeto de transição que Magalhães Godinho pretendeu protagonizar não estava isento de contradições, que estarão, aliás, na base da sua demissão em Novembro de 1974. Essas contradições vão-se manifestar, no campo propriamente da educação, na avaliação de algumas das inovações antes introduzidas no sistema educativo por Veiga Simão, tendo por pano de fundo a questão da expansão escolar e a democratização do acesso a educação, bem como as prioridades internas ao sistema educativo. Depois, no campo político geral, o projecto e a forma de agir de Magalhães Godinho exigia um Estado forte e com uma direção única, nos antípodas do Estado dual que caracterizava fortemente esse período da vida nacional.

- 
- **A demissão de Magalhães Godinho verificou-se num contexto de progressivo agravamento da situação escolar, atingindo tanto o ensino secundário, particularmente os liceus, como o ensino universitário, confrontado com a impossibilidade de receber todos os alunos que terminavam o ensino secundário¹ e atravessado por violentos conflitos entre organizações partidárias pelo controlo das escolas, em especial nas universidades de Lisboa e Coimbra.**
 - **Completamente despojado de meios para intervir nas escolas, o Ministério da Educação responsabilizava pela situação o ‘radicalismo ideológico de alguns’, e procurava dar poderes às comissões de gestão eleitas, ou aos encarregados de direção, para resistirem às reivindicações e pressões dos plenários estudantis, mas também de professores e de funcionários, quando não conjuntos desses três corpos, considerando apenas consultivas as respetivas conclusões.**



A incapacidade do Ministério da Educação em garantir um normal funcionamento das atividades escolares começou a preocupar as instâncias de poder político-militar, sobretudo pelas consequências negativas de tal situação no desgaste da base social de apoio da revolução. Perante as dificuldades em encontrar uma personalidade civil consensual para o Ministério da Educação, Vasco Gonçalves e a Comissão Coordenadora do MFA decidiram-se pela atribuição da pasta a um militar, o que, por sugestão de Otelo Saraiva de Carvalho, veio a recair no Tenente-Coronel Rodrigues de Carvalho. Com esta decisão procurava-se, através de um ministro militar, fazer convergir as duas legitimidades - a revolucionária do MFA e a político-administrativa do Governo provisório, acreditando-se que, desse modo, estaria facilitada a relação com os movimentos estudantis mais radicais e com as próprias Forças Armadas, sempre que se tornasse necessário estas intervirem para reporem a legalidade, através do seu comando próprio, o COPCON.

Plano Melo Antunes

- A constatação pelo MFA, a partir do 28 de Setembro, da inviabilidade de não se proceder a reformas de fundo, como se defendia no programa do I Governo provisório, sob pena de se hipotecar os objetivos da própria revolução de Abril, conduziu à decisão de se proceder à elaboração do Programa de Política Económica e Social, o que veio a ser feito sob a coordenação do Ministro Melo Antunes. No quadro das políticas setoriais, a educação integra esse programa, sendo apontada, simultaneamente, como "um dos apoios fundamentais para impulsionar o desenvolvimento económico" e "um meio de transição para uma nova sociedade e um novo humanismo" (GPRP, 1975, p. 137). As finalidades a atingir no campo da educação têm ainda como preocupações dominantes o controlo da situação escolar, a democratização da escola e a reorganização dos serviços do Ministério, associadas a um vago apelo à 'generosidade', 'lucidez' e 'espírito de cooperação' de todos quantos trabalham no ensino.

- 
- A large red speech bubble graphic is positioned on the left side of the slide. It consists of a horizontal bar at the top, a larger rectangular body, and a small triangular tail pointing downwards and to the left.
- **Contudo, no respeitante as orientações traçadas, o capítulo da educação do Programa de Política Económica e Social não apresentou propriamente um projeto de transformação da escola portuguesa, constituindo antes uma mera listagem de medidas, em curso ou previstas para o curto prazo, organizada significativamente pelas áreas correspondentes as competências das diferentes Secretarias de Estado do Ministério da Educação e Cultura: educação pré-primária e ensinos básico, secundário, médio e do magistério, nas suas vertentes da administração escolar e da orientação pedagógica; cultura e educação permanente; política desportiva, de acção social escolar e de juventude; ensino superior.**

- 
- A large red speech bubble graphic is positioned on the left side of the slide. It consists of a horizontal bar at the top, a larger rectangular body, and a small triangular tail pointing downwards.
- Rui Grácio, um dos protagonistas marcantes deste período, reconhece em trabalho de balanço publicado posteriormente (Grácio, 1981), que existiu uma continuidade de políticas entre os diferentes Governos Provisórios, da qual naturalmente excetua o I Governo, não obstante "as alterações sucessivas ao nível da chefia" (p. 104). Mas, acrescenta, o 11 de Março, "se não cria uma ruptura na continuidade, provoca uma aceleração na caminhada, agora tendo claramente o socialismo por meta"(p. 104).

- 
- Foi num contexto de aceleração do processo revolucionário que, durante a vigência do IV Governo provisório, o Conselho de Diretores-Gerais do então designado Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC) elabora, debate e aprova, em reuniões sucessivas nos meses de Abril e Maio de 1975, um programa que se enquadrasse na "estratégia revolucionária estabelecida no programa do Movimento das Forças Armadas", tendo como objetivos principais "a instauração de uma sociedade socialista e o reforço da independência nacional, através da mais ampla participação e organização das massas populares". O programa, que começa por defender, de forma voluntarista, que "as tarefas de ensino estão entre as tarefas prioritárias da revolução portuguesa", devendo, por isso, ser assumidas "por todas as forças progressistas e patrióticas", apontava como objetivo numero um da política de educação a 'democratização do ensino'.

**Programa de ação do Ministério da
Educação e Investigação Científica
(MEIC) do IV Governo Provisório**

- O documento programático então aprovado afirmava assumir uma clara rutura face ao projeto educativo anterior - "a uma concepção elitista e repressiva ou a um projecto tecnocrático e consumista nós opomos uma concepção revolucionária da escola integrado num projecto revolucionário e socialista para o país" -, e pretendia dar "unidade e sentido as medidas parcelares a tomar no domínio da educação nos próximos anos" (ponto 4). Segundo o programa em questão, essa rutura teria de abarcar, para além do 'refazimento' dos programas escolares num sentido progressista, "as estruturas profundas da acção pedagógica", onde a "mundivivência burguesa pode sobreviver a qualquer modificação de conteúdos de ensino", o que passava pelo fomento de uma "ligação íntima do ensino à prática produtiva", pois, acrescentava-se, "é por aqui que passa qualquer modificação profunda da prática pedagógica" (ponto 9). Diversas foram as medidas adotadas, ou apenas ensaiadas, correspondendo a essas orientações, sobretudo nos IV e V Governos provisórios, mas também, em certos sectores menos conflituais no campo ideológico, pelo VI Governo.
- [Texto \(quase\) completo pode ser consultado na Revista Lusófona de Educação, n.º 10, 2007.](#)

Ensino básico

- A ação global da Direcção-Geral do Ensino Básico, a partir do 2.º Governo provisório, tem sido, em geral, apontada como respondendo a estas preocupações e orientações, nomeadamente nos campos da reestruturação do ensino primário, com a organização deste ciclo de ensino em fases e a elaboração de novos programas (os chamados programas ‘cor de laranja’), e da reforma das Escolas do Magistério Primário. O objetivo assumido era o de combater, na própria instituição educativa, os efeitos socialmente penalizadores do insucesso escolar e de, na tradição sergiana, afirmar uma nova concepção do papel do professor.

Trabalha e aprende

- Em circular datada de 11 de Agosto de 1975, o Diretor-Geral do Ensino Básico, Rogério Fernandes, enviava uma circular a todas as escolas primárias e preparatórias contendo orientações sobre ‘o trabalho produtivo no ensino básico e a abertura da escola ao meio social’, sob o lema genérico ‘trabalha e aprende’. Contendo um vasto conjunto de sugestões de atividades passíveis de serem realizadas tanto por crianças das escolas primárias como por jovens do ensino preparatório, que iam desde a jardinagem a horticultura, de atividades de conservação da natureza e dos espaços públicos a produção de objetos decorativos e artesanais, da criação de pequenos animais domésticos a produção de material pedagógico simples para os mais novos, a circular da Direcção-Geral do Ensino Básico era justificada pela necessidade de alterações profundas no sistema escolar, nomeadamente na esfera pedagógica.

Ensino Secundário Unificado

- A criação do ensino secundário unificado (ESU) constituiu, seguramente, o mais paradigmático dos projetos assumidos pelo IV Governo - e, continuado, no essencial, pelos V e VI Governos provisórios, onde os princípios e orientações defendidos nesse documento puderam ser aplicados. Integrando a decisão do lançamento do ESU nas tendências do desenvolvimento educativo europeu e inscrevendo-a numa linha de sucessivas medidas de política tentadas a partir do início dos anos 1970, Rui Grácio (1985) apresenta três finalidades transparentes para a unificação do primeiro troço do ensino secundário. A primeira, era a de "adiar para os quinze anos a escolha do rumo escolar que no sistema antecedente teria de fazer-se aos doze", adiando desse modo "a localização no campo repartido pela divisão social do trabalho" (p. 106). A segunda, era a de romper com a dualidade ensino liceal – ensino técnico, "dualidade que no contexto político-social vigente exprime, ao mesmo tempo que reforça, não apenas a dualidade trabalho intelectual - trabalho manual, mas também, correlativamente, a dualidade dominante - dominado" (p. 107). A terceira, articulada com as duas anteriores, pretendia romper com a dualidade escola - comunidade, educação formal - educação não formal, pois, como explicava Grácio (1985, p. 107) era uma dualidade que empobrecia "os dois termos do binário".

- 
- A large red speech bubble graphic is positioned on the left side of the slide, partially overlapping the text area. It has a rectangular body and a pointed tail at the bottom center.
- Segundo Grácio (1985), o currículo construído e as orientações didáticas estabelecidas procuraram levar à prática essas orientações, particularmente em três domínios: na organização integrativa das ciências concernentes ao mundo natural e ao mundo social, nos objetivos dos Trabalhos Oficiais, diferentes das práticas oficiais do ensino técnico-profissional, e, sobretudo, através das atividades de Educação Cívica Politécnica.
 - “A Educação Cívica Politécnica constitui uma área curricular inédita: de feição marcadamente interdisciplinar, é um espaço, no tempo de uma manhã ou de uma tarde, especialmente propício a reforçar a função social da escola, a sua articulação aos problemas da comunidade local e regional”.

- R. Grácio, 1985, p. 111

Ensino Superior

- Até como resposta a extrema dificuldade em influir no cotidiano das escolas superiores, os responsáveis pelo ensino superior e investigação científica procuraram, a partir da criação da respetiva Secretaria de Estado, no 3.º Governo provisório, "carrear elementos para a elaboração de um plano de conjunto de desenvolvimento do ensino superior", incluindo "a revisão de todas as estruturas institucionais, por forma a criarem-se condições favoráveis a realização deste plano".
- Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica [SEESIC], 1975, p. 7.

Ensino superior

- Depois de terem reunido em Aveiro, em Fevereiro de 1975, um vasto leque de representantes das escolas de ensino superior e de diversos organismos públicos de ciência, de fundações com responsabilidades nos campos da ciência e da cultura, dos sindicatos dos professores e da Organização dos Trabalhadores Científicos, para além de várias personalidades convidadas a título individual¹⁴⁵, foi produzido um documento de trabalho, intitulado Política de Ensino Superior, Bases para um Programa (SEESIC, 1975), que serviu de suporte e fundamentação as bases programáticas para a reforma do ensino superior, aprovadas na reunião da Comissão Central do Conselho da Revolução, na sua reunião de 30 de Junho de 1975, posteriormente transformadas em diploma legal através do decreto-lei 363/75, de 11 de Julho.

Universidade polivalente

- **“Assim, o objectivo da nova política de ensino superior será a criação de uma "escola superior integrada", isto é, uma escola onde se professem todos os tipos de cursos, desde os cursos mais longos até aos cursos intercalados e extra-murais, sem que se introduza outra distinção entre os diplomados que não seja a derivada das aptidões profissionais, científicas ou culturais que adquirirem. De igual modo, as características institucionais das escolas devem ser as mesmas. O prestígio de cada instituição há-de ser somente aquele que derivar da qualidade do ensino, da investigação ou dos serviços aí realizados”.**
- **SEESIC, 1975, p. 25-26**

- 
- Embora tenha sido a criação do Serviço Cívico Estudantil (SCE) a medida que, no plano da polémica e da luta política, mais mobilizou opiniões neste período, foi, todavia, no plano da estrutura institucional do ensino superior que se apresentou a maior rutura com a lei 5/73, que, recorde-se, previa o desenvolvimento do ensino superior segundo duas vias, institucionalmente distintas: uma, de duração longa, conduzindo à licenciatura e às pós-graduações, a realizar-se em universidades; outra, de duração curta, conduzindo ao bacharelato, em institutos politécnicos ou escolas normais superiores.
 - Acusada essa estrutura dualista de "profundamente elitista", e prevendo que produzisse "enormes e irracionais distorções na procura do ensino superior", já que induziria as pessoas "a buscar os ramos mais prestigiados, ainda que socialmente menos úteis", defendia-se em alternativa uma escola superior integrada (SEESIC, 1975, p. 25), ou, na expressão feliz de Ana Maria Seixas (1991), uma **universidade polivalente**.

- 
- **A crise político-militar do Verão quente de 1975 conduziu a diversas alterações ao nível dos titulares dos cargos políticos do Ministério da Educação. Primeiro, com a queda do IV Governo provisório, iniciada pelo abandono dos ministros (e secretários de Estado) socialistas, acompanhados dias depois pelos ministros indicados pelo PPD e por independentes próximos desses dois partidos, verificou-se a saída de Rui Grácio da Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica. O V Governo provisório, mantendo a mesma estrutura e composição do IV Governo, não contou, todavia, com Rui Grácio, que, significativamente, não foi substituído na Secretaria de Estado de que era titular desde o 2.º Governo provisório.**

- 
- **A derrota da esquerda militar no seio das estruturas do MFA, em Agosto de 1975, teve como consequência imediata, no plano governativo, a queda do 5.º Governo provisório e a constituição de um novo governo, obedecendo a critérios radicalmente distintos. Embora o 6.º Governo provisório tenha mantido o Ministério da Educação sob a influência dominante do MFA, verificaram-se importantes alterações na composição política dos seus titulares: a um Ministro e a um Secretário de Estado (da Administração Escolar) pertencentes a chamada esquerda militar - Major José Emílio da Silva e Capitão Fonseca Almeida - sucedem, nos mesmos cargos, dois outros militares, agora pertencentes ao chamado grupo dos nove, a corrente vencedora da crise do MFA - Major Vítor Alves e Comandante Mário de Aguiar. Quanto as outras Secretarias de Estado, verificou-se a substituição de Avelãs Nunes por António Brotas na Secretaria de Estado do Ensino Superior, o preenchimento do lugar de Rui Grácio na Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica por Bártolo Paiva Campos e a permanência de Silva Graça na Secretaria de Estado dos Desportos e Ação Social Escolar.**

- 
- **As alterações verificadas ao nível dos titulares políticos, se representou sobretudo, na opinião de António Hespanha, um conjunto de ruturas a nível pessoal, conduziu logicamente, a uma "desaceleração no sector, onde um capitão de Abril ainda parece cobrir a retirada e querer, suponho, evitar o pior" (R. Grácio, 1981, p. 105). Sujeito a uma enorme pressão do PS, e dos partidos à sua direita, e olhado com extrema desconfiança pelo PCP e pelas organizações de extrema-esquerda, Vítor Alves procurou orientar a sua ação no Ministério da Educação em torno do que o próprio designa, em linguagem vincadamente militar, de três missões: "estabilizar, organizar e desenvolver o possível".**

- 
- A large red rectangular area on the left side of the slide, partially overlapping the text, indicating redacted content.
- Tendo realizado poucas mudanças ao nível dos quadros dirigentes do Ministério, com a exceção significativa do sector do ensino superior, o 6.º Governo provisório, assumiu, na educação como provavelmente em outros campos políticos, o estatuto de um governo de transição (Rui Grácio, 1981), mantendo, no essencial, as orientações e reformas delineadas em anteriores governos, como foi o caso paradigmático do lançamento do 7.º ano de escolaridade unificado, mas não iniciando novos processos nem estabelecendo novas orientações, salvo no campo da educação de adultos e do combate ao analfabetismo, onde procedeu a uma revisão completa das orientações até aí seguidas, sobretudo pelos 4.º e 5.º Governos provisórios.

- 
- A large red speech bubble graphic with a tail pointing downwards, positioned on the left side of the slide. It contains a redacted area.
- Quase 50 anos depois, há muito trabalho a fazer, no levantamento documental, memorialístico e interpretativo. Este é um dos períodos mais ricos da nossa história, que marca indelevelmente o percurso que percorremos. Um desafio para as jovens gerações de investigadores.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

11

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DISCURSO DIRECTO

1955-1995

António Teodoro

INSTITUTO DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL



ANTÓNIO TEODORO

A Construção Política da Educação

Estado, mudança social e políticas educativas
no Portugal contemporâneo



CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Edições
Afrontamento

BIBLIOTECA DAS CIÊNCIAS DO HOMEM